



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

AVISO DE DISPENSA

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul pretende realizar a **contratação de pessoa jurídica para fornecimento de um TRANSFORMADOR de 300 kVA.**

As especificações, prazos e demais condições da execução dos serviços constam dispostas no Anexo I - Termo de Referência, e Anexo II - Modelo de proposta detalhada, instrumentos anexos à presente consulta.

A contratação ocorrerá de forma direta, mediante Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, VIII, da Lei 14.133/2021.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NESTA CONSULTA DE PREÇOS

1. Para a participação nesta consulta de preços, a empresa interessada deverá encaminhar a PROPOSTA DE PREÇOS (Anexo II) devidamente assinada e digitalizada, para o e-mail **slc@tre-ms.jus.br**, **até o dia 22 de fevereiro de 2024.**

1.1. Qualquer proposta entregue após esse prazo não será apreciada.

1.2. Na proposta apresentada deverão estar inclusas todas as despesas concernentes ao fornecimento dos produtos, tais como: custo de aquisição para revenda, mão-de-obra e materiais e equipamentos necessários à realização do fornecimento, despesas referentes a frete/transporte do material até o local de instalação, fornecimento de certidões e documentos, impostos, diferenças de ICMS, tributos, encargos sociais, taxas, ferramental, assistência técnica, visitas, embalagens, lucro, etc.

1.3. A conta corrente informada deverá pertencer - estar em nome - à pessoa jurídica proponente. A não observância do disposto inviabilizará a efetivação do pagamento pelo Tribunal.

1.4. A interessada deverá utilizar a **Proposta Detalhada (Anexo II)**, devendo, ainda, fazer menção de que está de acordo com as condições fixadas nesta Consulta de Preços e seus anexos, assim como atende ao disposto no inciso XXXIII, caput, do art. 7º da Constituição Federal (*"proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"* - Declaração de Menor).

1.4.1. Caso o licitante não utilize o modelo fornecido pelo TRE/MS, deverá transcrever todas as informações do mencionado anexo no formulário utilizado para a elaboração da sua proposta.

1.5. A simples apresentação da proposta significará a anuência da proponente aos termos contidos nesta Consulta de Preços e nos anexos, que dela são parte integrante, independentemente de transcrição.

1.6. **Será aceita a proposta que não esteja assinada**, mas tenha sido

encaminhada mediante o endereço eletrônico da empresa.

1.7. As rasuras, emendas ou defeitos no preenchimento das propostas que comprometam sua perfeita interpretação em relação à identificação da proponente e aos preços propostos acarretarão a desclassificação da mesma.

1.8. Para fins de análise da proposta detalhada apresentada pela empresa, o TRE/MS poderá solicitar a apresentação de informações/esclarecimentos, documentos e/ou quaisquer outros elementos tidos como necessários para certificação dos preços componentes da proposta.

1.8.1. A ausência de informação que não prejudique a identificação da proponente e a perfeita interpretação dos serviços ofertados não será razão para desclassificação de proposta, podendo ser solicitada a complementação no prazo de 01 (um) dia útil.

1.9. Considera-se a proponente como especializada nos serviços a serem contratados, devendo incluir em sua proposta as complementações de serviços que identifique como necessárias à perfeita execução dos serviços e obtenção do resultado pretendido pelo Tribunal.

2. A proponente deverá comprovar estar regular com:

a) a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito, emitida pelo INSS/RFB;

b) os recolhimentos do FGTS, apresentando a Certidão de Regularidade do FGTS, disponível na página eletrônica da Caixa Econômica Federal;

c) a Justiça do Trabalho, comprovada pela Certidão Negativa emitida pelo site do Tribunal Superior do Trabalho;

d) o Portal da Transparência do Governo Federal, junto ao Cadastro de Empresas Inidônea ou Suspensa (CEIS).

e) Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA - CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

2.1) A ausência de apresentação da documentação descrita nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" da cláusula anterior **não servirá para desclassificação da consulta de preços**, uma vez que poderá ser obtida por consulta *on line* pela unidade técnica do TRE/MS.

2.2. Caso a empresa tenha alguma restrição para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurada à Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte a prerrogativa disposta no inciso 1º art. 43 da Lei Complementar 123/06: prazo de **5 dias úteis** para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

2.2.1. Diante da urgência na aquisição, optou-se pela ampla participação das empresas, porém, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. O não encaminhamento da Proposta Detalhada, bem como a ausência e/ou insuficiência de informações sobre o objeto ofertado, após solicitado pelo contratante, poderá importar a desclassificação da proposta.

3. Será admitida a oferta de preços apenas por pessoa jurídica.

4. Encerrado o prazo de entrega, serão analisadas as propostas apresentadas para verificação de sua conformidade quanto ao disposto nesta Consulta e demais instrumentos.

4.1. Será **declarada vencedora** a empresa que, atendendo a todas as condições estabelecidas na presente consulta, **ofertar o MENOR PREÇO PARA O ITEM.**

4.2. Após a declaração da vencedora, o procedimento de consulta de preços será submetido à análise da Administração do TRE/MS, para que seja homologada a contratação.

5. Aplicam-se à presente consulta de preços as regras estabelecidas na legislação pertinente a Licitação, especialmente, o disposto na Lei 14.133/2021.

DA CONTRATAÇÃO:

6. A autoridade competente poderá revogar a presente contratação em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação.

7. A Nota de Empenho será enviada à empresa através de mensagem eletrônica, encaminhada ao endereço eletrônico indicado na proposta de preços.

7.1. É de inteira responsabilidade da licitante a manutenção da atualização dos seus dados junto ao Tribunal, sobretudo quanto ao endereço de e-mail.

7.2. A empresa deverá acusar expressamente, via e-mail, o recebimento da mensagem eletrônica.

7.3. Para fins de apuração do cumprimento do prazo, a mensagem eletrônica de envio da nota de empenho será considerada recebida e lida pela empresa na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

7.4. Obrigatório o acesso ao correio eletrônico 1 (uma) vez ao dia;

7.5. Obrigatoriedade de acusar expressamente o recebimento das mensagens eletrônicas enviadas, sob pena de ser **considerada lida na data do seu envio.**

8. A critério do TRE/MS, o contrato e/ou Nota de Empenho também poderão ser encaminhados à empresa vencedora através de serviço postal, fax, correio eletrônico, ou outro meio disponível, devendo a empresa vencedora atestar seu recebimento no mesmo prazo indicado de 5 (cinco dias úteis).

8.1. Na hipótese da recusa, expressa ou tácita, da empresa vencedora em receber a Nota de Empenho, fica facultado à Administração proceder à adjudicação do objeto da contratação às demais licitantes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo das penalidades aplicáveis à empresa originalmente vencedora.

DOS ANEXOS:

17. Fazem parte da presente Consulta de Preços os seguintes documentos:

17.1. Termo de Referência (Anexo I);

17.2. Modelo de proposta detalhada (Anexo II);

19. Maiores informações sobre esta Consulta de Preços poderão ser obtidas junto à Seção de Licitação e Compras do TRE/MS, através do fone: (67) 2107-7029 (Sônia).

20. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente contratação, é competente, na forma da Lei, o foro da Justiça Federal de Campo Grande - MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande/MS, fevereiro de 2024.
Seção de Licitação e Compras



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, **Técnico Judiciário**, em 20/02/2024, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1583308** e o código CRC **7AC87E71**.



0001091-08.2024.6.12.8000

1583308v4